

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.666 - SP (2019/0205598-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825
AGRAVADO : JOSE GUILHERME KNUST
ADVOGADOS : CLAUDINEIA JONHSSON FREITAS E OUTRO(S) - SP238429
NATHALIA GARCIA ALONSO FELIX ANTÔNIO - SP370668

DECISÃO

Trata-se de agravo interno, interposto por BRADESCO SAUDE S/A, em face de decisão da Presidência desta Corte, que negou provimento ao agravo manejado em face de decisão que não admitiu recurso especial, de sua vez interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

1. Nas razões do recurso especial (fls. 316/324, e-STJ), dentre outras questões, há discussão sobre *"se as operadoras de plano de saúde estão obrigadas ou não a fornecer medicamento importado, não registrado na ANVISA"*, matéria afetada pelo Ministro Moura Ribeiro, sob o rito dos Recursos Representativos de Controvérsia, à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça nos autos do REsp nº 1.726.563/SP e do REsp 1.712.163/SP, (DJe 19/03/2018), vinculada ao **Tema 990**.

Aliás, a controvérsia já foi objeto de julgamento, tendo o Colegiado, por meio da sistemática dos recursos repetitivos, ao apreciar o referido tema, firmou a seguinte tese: *"As operadoras de plano de saúde não estão obrigadas a fornecer medicamento não registrado pela ANVISA."*

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal de origem para observância da sistemática dos recursos repetitivos, consoante determina o artigo 256, L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Ressalta-se que *"somente depois de realizada essa providência, que representa o esaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal a quo"* (REsp 1.361.535/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 8/2/2017).

Vale lembrar, ainda, que a competência para aplicação da sistemática de

Superior Tribunal de Justiça

recursos repetitivos é do Tribunal de origem, a teor do disposto no artigo 543-C do CPC/73, atual artigo 1.040 do CPC/2015. Aplicação analógica da interpretação dada pelo STF à sistemática do artigo 543-B do CPC/1973.

2. Ante o exposto, torna-se sem efeito a decisão de fls. 411/413 (e-STJ) e determina-se a devolução dos autos ao Tribunal *a quo* para que aplique, conforme o caso, as medidas cabíveis previstas no art. 1.040 do CPC/2015, com a respectiva baixa dos autos nesta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator